

fonte: Conselho Brasileiro de Quilombosdata: 16/6/95pg.: 10class.: 22**QUILOMBOS****Lei dará terra a descendentes de escravos**

Começou a tramitar na Câmara projeto de lei dos deputados Alcides Modesto (PT-BA), Domingos Dutra (PT-MA) e Pedro Wilson (PT-GO), que regulamenta a demarcação de terras onde vivem e trabalham os remanescentes de quilombos.

A regularização fundiária dessas áreas, chamadas de quilombolas, está prevista nas Disposições Transitórias da Constituição de 1988, mas não saiu do papel.

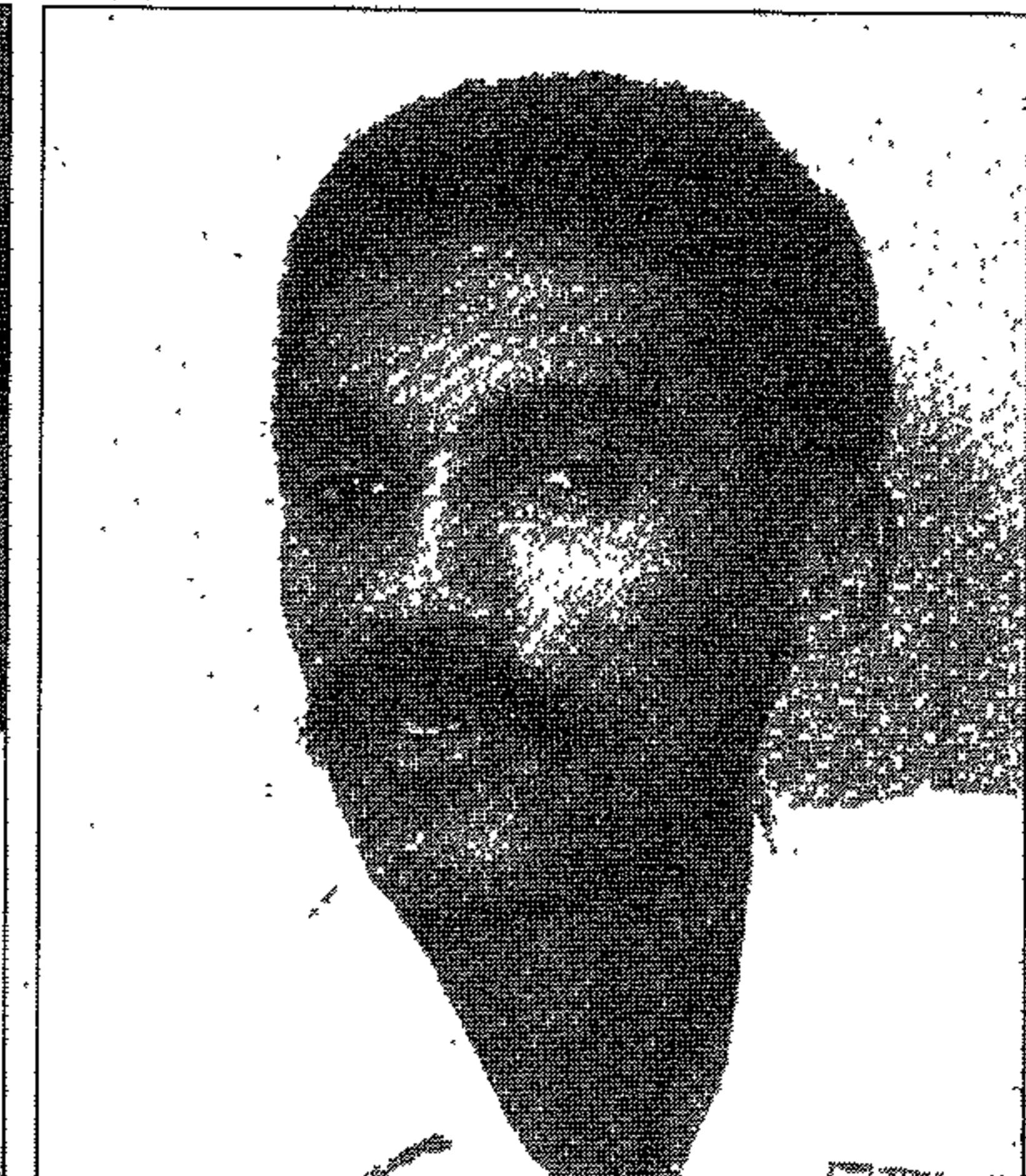
Isso acontece por falta de instrumentos legais e técnicos para a identificação precisa das comunidades beneficiárias e a medição do território a que elas têm direito.

Em todo o País, segundo Alcides Modesto, diversas comunidades reivindicam reconhecimento como remanescentes de quilombos — grupos de escravos fugitivos que fundaram sociedades independentes.

Antropólogos — A avaliação dos processos é feita pelo Ministério da Cultura com auxílio de antropólogos. Até agora, tiveram êxito os quilombolas de Rio das Rãs (BA), Alto do Rio Trombetas (PA), Mocambo (SE), Vale do Ribeira (SP) e Frexal (MA).



Carlos Moura

*Os deputados petistas Alcides Modesto (E) e Domingos Dutra elaboraram projeto para regulamentar a demarcação*

Eles reúnem mais de mil famílias que vivem da pesca, da caça e da agricultura de subsistência.

O quilombola do Rio das Rãs, pioneiro na experiência de demarcação, tem 20 mil hectares e abriga cerca de 300 famílias.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incar) vem auxiliando o Ministério da

Cultura na definição dos territórios, que obedece critérios semelhantes aos da demarcação de terras indígenas.

Historicamente o mais importante do país, o quilombo dos Palmares, localizado em Alagoas, não está incluído na relação porque toda a comunidade foi dizimada. Mas o aniversário de 300 anos da morte

do seu líder, Zumbi, este ano, inspirou a apresentação do projeto.

A iniciativa de regulamentar o Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição, conforme Alcides Modesto, visa à proteção das áreas e da identidade cultural desses grupos.

A indefinição fundiária deixava alguns grupos ameaçados por latifundiários e grileiros.